



ANÁLISE DA DIMENSÃO INSTITUCIONAL DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DA DITADURA BRASILEIRA COM OS PAÍSES DO CONE SUL

ANALYSIS OF THE INSTITUTIONAL DIMENSION OF INTERNATIONAL COOPERATION OF THE BRAZILIAN DICTATORSHIP WITH THE COUNTRIES OF THE SOUTHERN CONE

Mayara de Carvalho Puhle¹
Ademar Pozzatti Júnior²

RESUMO

A Guerra Fria (1947-1989) ocasionou na influência dos EUA na instauração do regime ditatorial do Brasil, o qual motivou, direta ou indiretamente, a ocorrência das demais ditaduras nos países do Cone Sul, com exceção do Paraguai onde a sua ditadura foi anterior à brasileira. A partir disso, buscou-se compreender a dimensão institucional da cooperação internacional da ditadura brasileira (1964-1985) com os países do Cone Sul, sendo esses o Paraguai, a Argentina, a Bolívia, o Chile e o Uruguai. Assim, foi realizada uma pesquisa empírica na plataforma Concórdia do Ministério das Relações Exteriores (MRE) de onde obteve-se atos internacionais entre os Estados já citados durante o período disposto. Dessa forma, como resultado observou-se a ocorrência de 281 tratados internacionais, em que 229 continuam em vigor atualmente, mas que, tendo em vista as variáveis áreas temáticas, isso não necessariamente significa a continuidade das ações ditoriais. Por fim, verifica-se que através dos tratados internacionais é possível compreender na prática os movimentos históricos observados.

Palavras-chave: Cone Sul; Cooperação internacional; Ditadura brasileira; Tratados internacionais.

ABSTRACT

The Cold War (1947-1989) led to the influence of the USA in the establishment of the dictatorial regime in Brazil, which, directly or not, motivated the occurrence of others dictatorships in the Southern Cone countries, with the exception of Paraguay where its dictatorship preceded the Brazilian one. From this, we sought to understand the institutional dimension of the international cooperation of the Brazilian dictatorship (1964-1985) with the Southern Cone countries, namely Paraguay, Argentina, Bolivia, Chile and Uruguay. Thus, an empirical research was carried out on the Concórdia platform of the Ministry of Foreign Affairs (MRE) from which international acts between the aforementioned States were obtained during the period provided. Thus, as a result, 281 international treaties were observed, of which 229 are still in force today, but which, in view of the variable thematic areas, this does not necessarily mean the continuity of dictatorial actions. Finally, it appears

¹ Mayara de Carvalho Puhle, Universidade Federal de Santa Maria, Bacharelanda em Relações Internacionais, puhle.mayara@gmail.com.

² Ademar Pozzatti Júnior, Universidade Federal de Santa Maria, Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais, Doutor em Direito das Relações Internacionais, ademar.pozzatti@uol.com.br.



that through international treaties it is possible to understand in practice the historical movements observed

Keywords: *Southern Cone; International cooperation; Brazilian dictatorship; International treaties.*

INTRODUÇÃO

A literatura sobre a política externa (PE) brasileira durante a ditadura militar aponta que há um consenso sobre os diferentes tipos de PE ocorridos nesse período, os quais foram divididos pelo chefe de Estado. Nesse sentido, observa-se que o presidente Castelo Branco (1964-1967) possuía uma PE alinhada aos EUA e a sua Doutrina de Segurança Nacional (DSN), tendo uma estratégia de segurança e desenvolvimento, priorizando o primeiro e buscando integrar a América Latina no DSN (CASTILHO, 2014).

No que se refere o presidente Costa e Silva (1967-1969), a sua PE é reconhecida como “diplomacia da prosperidade”, onde o desenvolvimento econômico iria ocasionar a segurança, utilizando a diplomacia para tal, buscando diminuir as desigualdades e acabando com o alinhamento automático aos EUA, sem excluí-lo, mas favorecendo a relação com o Terceiro Mundo (CASTILHO, 2014). Em relação ao Médici (1969-1974), sua PE é conhecida como “diplomacia do interesse nacional”, onde buscou transformar o Brasil em uma potência, se alinhando aos EUA para combater os “subversivos”, mantendo a cooperação com os países terceiro mundistas, havendo um esforço de estabelecimento de cooperação energética, tanto na América como fora dela (CASTILHO, 2014).

Sobre o presidente Geisel (1974-1979), sua PE foi chamada de “pragmatismo responsável”, continuando a PE voltada ao desenvolvimento e reestabelecendo relações diplomáticas com países que possuem o mesmo interesse econômico, sem importar a ideologia, rivalizando com os EUA, além de continuar suas relações com os terceiro mundistas, principalmente o Cone Sul (CASTILHO, 2014). Por fim, o presidente Figueiredo (1979-1985) realizou a redemocratização e tinha uma PE conhecida como “universalista”, a qual manteve a PE do seu antecessor, aprofundando ainda mais as relações com os países do sul, em especial na América do Sul, e havendo um diálogo mais aberto com o Congresso Nacional (GEHRE, 2012; GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993; LUIZ, 2011).



Dessa forma, levando a literatura já existente sobre a política externa brasileira durante a ditadura militar no Brasil, o presente trabalho inova ao buscar investigar a dimensão institucional da cooperação internacional da ditadura brasileira com os países do Cone Sul que também passaram por ditaduras militares advindas do mesmo contexto internacional, utilizando evidências empíricas do direito internacional para tal. Assim, esse estudo irá investigar, em atos internacionais, a cooperação internacional do Brasil, durante a sua ditadura militar, com o Paraguai, a Argentina, a Bolívia, o Chile e o Uruguai, a fim de compreender as especificidades de cada relação. Esse trabalho torna-se necessário para melhor compreender, a partir de uma perspectiva voltada para o direito internacional, a política externa brasileira durante a ditadura militar em relação aos países presentes no Cone Sul. Além disso, esse estudo também é fundamental por apresentar, através de tratados internacionais entre os Estados citados anteriormente, as evidências empíricas da ditadura militar brasileira, e das demais ditaduras que ocorrem no Cone Sul, na sociedade internacional atual.

1 DESENVOLVIMENTO

Durante essa seção, será discutido, separadamente, o envolvimento brasileiro na instauração das ditaduras militares que ocorreram na América Latina, em específico no Cone Sul, sendo essas no Paraguai, na Argentina, na Bolívia, no Chile e no Uruguai. Além disso, em cada subseção será apresentado, também, a dimensão institucional da cooperação internacional do Estado em foco com o Brasil durante a ditadura militar do último, sendo essa retratada por meio de acordos internacionais, os quais foram obtidos a partir da pesquisa empírica realizada na plataforma Concórdia do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

A verificação dessa cooperação internacional durante a ditadura brasileira ocorreu a partir do levantamento realizado no endereço *online* da Divisão de Atos Internacionais do MRE, utilizando a plataforma Concórdia para orientar a busca desses tratados. Assim, a fim de delimitar os acordos encontrados, foi empregada a limitação temporal, onde buscou-se atos entre 1 de abril de 1964 até 15 de março 1985, sendo encontrada uma quantidade diferente de atos para cada Estado.

A partir dessa pesquisa, expõe-se a proeminência da cooperação internacional brasileira com a Argentina (72), o que não é novidade tendo em vista os laços históricos presentes na cooperação bilateral entre esses Estados. Contudo, há também uma grande quantidade de tratados vindos da cooperação do Brasil com o Paraguai (67), o que será interessante tratar, por conta do antecedente cooperativo desses países. Em seguida, observa-se que a Bolívia (57) - primeiramente - e o Uruguai (55) - logo após - dividem uma posição semelhante em relação a associação internacional com o Brasil, no referente a acordos internacionais durante a ditadura brasileira. Por último, verifica-se uma participação menor do Chile (30), ao relacionar com os demais Estados, no quesito da cooperação internacional no período histórico citado anteriormente.

1.1 Paraguai (1954-1989)

Após a Guerra da Tríplice Aliança (Guerra do Paraguai (1864-1870)), o Paraguai foi totalmente destroçado e deixado aos pedaços, onde as perdas humanas alcançaram mais de 70% da população total, sendo que mais de 92% dos homens paraguaios foram mortos no conflito (DORATIOTO, 2002). Nesse sentido, tendo em vista as grandes perdas que sofreram, durante os anos seguintes o Estado paraguaio não tinha sido capaz de se recuperar dos danos causados pela chamada Grande Guerra (1864-1870), em que as constantes instabilidades políticas nacionais contribuíam para essa estagnação, tendo em vista a má distribuição de recursos para as políticas públicas (SILVA, 2006).

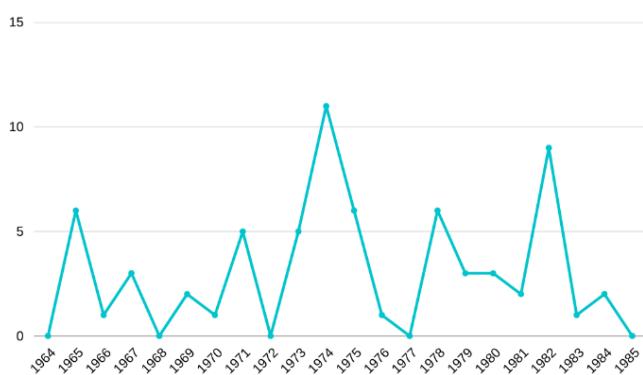
Assim, a ininterrupta luta política entre os grandes partidos, as contínuas guerras civis e a Guerra do Chaco (1932-1935) agravaram a situação paraguaia em relação a qualquer tipo de desenvolvimento, o que tornou possível a ascensão do Partido Colorado, em 1949, e, posteriormente, a instauração do regime ditatorial pelo general Alfredo Matiauda Stroessner (DA SILVA; PENNA, 2009). Com isso, em 1949 observou-se alguma estabilidade quando Federico Chávez foi eleito.

Contudo, quando Chávez buscou concorrer a uma reeleição houveram muitas críticas principalmente de políticos jovens e de oficiais militaram (DA SILVA; PENNA, 2009). Dessa forma, o descontentamento do setor, principalmente, militar, ocasionou na conspiração que permitiu a Stroessner a tomada de poder (DA SILVA; PENNA, 2009).

Assim, em maio de 1954 o general Stroessner ordenou a realização do golpe às suas tropas,

tirando Chávez do poder e iniciando um novo capítulo na história do Paraguai. Além disso, segundo Rossi (1984) o Estado paraguaio seria um “precursor artesanal dos regimes de Segurança Nacional”, em que, mesmo o Brasil sendo o “Estado espelho” da ideologia estadunidense, os discursos ideológicos e nacionalistas que buscavam “proteger” a nação do comunismo iniciou-se com a ditadura do Paraguai. Com isso, no Gráfico 01, observa-se a relação entre o Brasil e o Paraguai durante ditadura brasileira.

Gráfico 01 - Atos internacionais entre o Paraguai e a Ditadura Brasileira



Fonte: criação própria a partir dos dados presentes no <https://concordia.itamaraty.gov.br/>

A partir do exposto no Gráfico 01, comprova-se o entendimento de há uma relação cooperativa institucional contínua, a qual iniciou-se a partir da instauração do governo ditatorial no Paraguai pelo general Stroessner em 1954 (SILVA, 2006) e que, durante grande parte do período militar de ambos os Estados, ocorre um fortalecimento desses laços. Ademais, durante a pesquisa foi possível observar também o vigor desses atos internacionais. Nesse sentido, ao compreender os resquícios jurídicos voltados a cooperação institucional entre os Estados, observa-se a ocorrência de 56 atos em vigor, 9 expirados e 1 denunciado - Previdência Social. Assim, observou-se uma grande quantidade de tratados voltados para a energia (11 - 3 expirados), a Comissão Mista (9) e a Declaração Conjunta (9). Em relação aos expirados, esses estão voltados para a matéria energética (3), transporte rodoviário (3), banco (1) e cooperação técnica (2) e, o único denunciado está na área da previdência social. Além disso, há uma grande quantidade tratados voltado para o transporte (rodoviário - 5 (3 expirados) - ferroviário - 1 - e aéreo - 1) e para os meios de comunicação (6), o que se pode relaciona diretamente com a Operação Condor realizada pelos países do Cone Sul durante as suas ditaduras a fim de conseguir informações privilegiadas e o transporte de opositores

da política ditatorial. Por fim, em relação aos resquícios voltados direta e indiretamente ao meio militar, observa-se a ocorrência de 6 tratados ainda em vigor, sendo esses os de Defesa e Assuntos Militares (2) e os de Fronteira e Soberania Territorial (4), além dos já discutidos sobre o transporte e comunicação. Contudo, comprehende-se que, mesmo com a maioria dos tratados ainda estarem em vigor (56), isso não necessariamente, significa que eles estão voltados para ações ditatoriais do período brasileiro, pois há diversas matérias temática observadas.

1.2 Argentina (1966-1973)

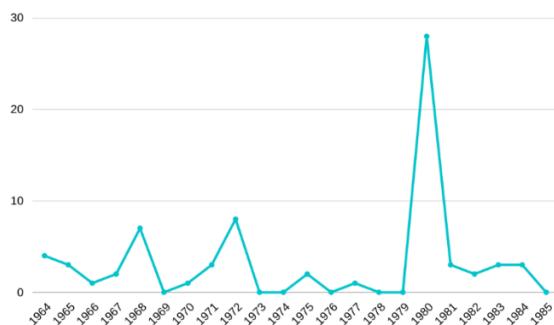
Desde 1960, era observado uma maior tensão entre as potências presentes no conflito bipolar, onde, da mesma forma que no Brasil, verificou-se no Estado argentino a influência da diplomacia e da inteligência norte-americana no golpe ocorrido em 1966 (RAPOPORT; LAUFER, 2020). Contudo, diferente da posição agressiva que os estadunidenses tiveram em 1964 em relação ao Brasil, testemunhou-se uma atuação mais branda do primeiro sob a Argentina (RAPOPORT; LAUFER, 2020), tendo uma intervenção menos ativa dessa potência. Assim, a partir da posse de Arturo Illia à presidência da Argentina em 1963 observou-se mudanças da PE do país que incomodaram, inicialmente, as empresas dos EUA por algumas quebras de contrato, chegando até mesmo a aborrecer o próprio governo estadunidense por conta das atitudes nacionalistas do Estado (RAPOPORT; LAUFER, 2020). No entanto, tendo em vista o conhecimento dos EUA da possibilidade de uma intervenção militar até mesmo antes da ascensão de Illia, pela da grande oposição militar que o mesmo possuía, algumas incoerências argentinas para os americanos foram deixadas de lado, até, principalmente, a falta de posicionamento em relação à Cuba e ao Vietnã (RAPOPORT; LAUFER, 2020).

Dessa forma, essas ambiguidades governamentais foram o motivo de que o próprio exército de Illia buscou o golpe de Estado e a inteligência norte-americana estava ciente da situação (RAPOPORT; LAUFER, 2020). A partir disso, tanto interna quanto externamente iniciou-se os preparativos para o golpe, mas a diplomacia norte-americana estava receosa com a possibilidades de um forte nacionalismo advir dos militares argentinos. Assim, a cautela desse grupo apenas provocou ainda mais os golpistas que, em junho de 1966, tomaram o poder, mas diferentemente do ocorrido no Brasil, o próprio presidente estadunidense, Lyndon B. Johnson, apenas reconheceu esse governo após o reconhecimento da maioria dos

países latino-americanos (RAPOORT; LAUFER, 2020).

Além disso, é importante ressaltar que essa cautela norte-americana influencia diretamente a relação Brasil x Argentina, não havendo uma cooperação tão expressiva durante os anos da ditadura do último. Ademais, tendo em vista que a ditadura de 1976 a 1983 estava voltada para um maior aprofundamento das relações com a URSS, a com o Estado brasileiro fica prejudicada. No entanto, os anos de 1979 e 1980 diferenciam-se dos demais por conta da realização de acordos voltados a cooperação energética, principalmente em relação a energia nuclear e aos projetos de Itaipu e Corpus (CANDEAS, 2005).

Gráfico 02: Atos internacionais entre a Argentina e a Ditadura Brasileira



Fonte: criação própria a partir dos dados presentes no <https://concordia.itamaraty.gov.br/>

A partir do Gráfico 02, comprova-se que as relações entre a ditadura brasileira e Estado argentino possuíram inúmeras fases, onde na ditadura do último iniciada em 1966 observa-se um aumento da cooperação internacional que se sustenta até o final da ditadura em 1973, mas que não é tão expressivo por conta da precaução estadunidense, mas também da rivalidade histórica entre Brasil e Argentina. Além disso, durante o governo de Perón (1973-1976) há uma estagnação das relações entre os dois países, o que também é observado nos anos iniciais após a instauração da nova ditadura na Argentina (1976-1983). Contudo, desde de 1978, há uma mudança da cooperação internacional entre as nações por conta da necessidade da cooperação em matéria de energia (CANDEAS, 2005) e pela busca brasileira da reaproximação de ambos (VILLA, 2006).

Ademais, apresenta-se as evidências jurisdicionais da cooperação Argentina com o Brasil na ditadura brasileira, expondo as principais áreas temáticas. Assim, há 48 tratados em vigor, 9 expirados e substituídos, 3 superados e 1 denunciado (Recursos Naturais). Em relação aos atos internacionais que foram expirados, há o Transporte Fluvial e Marítimo (3) e os demais

possuem apenas 1 tratado, sendo esses o Transporte Aéreo, Produtos Agrícolas, Agricultura/Comércio, Recurso Natural, Turismo/Feira/Exposição e Espaço Exterior.

Sobre os atos substituídos, observa-se o Transporte Aéreo (4), a Cooperação Artístico-cultural (1), o Transporte Fluvial e Marítimo (1) e Aduanas, Impostos e Tarifas (3) e, no que se refere aos superados, há o de Pesca (1), Recursos Naturais/Pesca (1) e Defesa e Assuntos Militares (1). Assim, verificou-se uma grande quantidade de tratados de Transporte Fluvial e Marítimo (6), Transporte Aéreo (6), Declaração Conjunta (6), Comissão Mista (5) e de Energia Nuclear (5).

Ademais, como exposto anteriormente, também há, com a Argentina, uma quantidade expressiva de acordo de transporte (13) e alguns para a comunicação (3), o que se pode relacionar, igualmente, com a Operação Condor, o que já foi explicado antes, mas do total desses tratados (13), apenas 4 - Aéreo (1), Fluvial e Marítimo (2) e Rodoviário (1) - ainda estão em vigor. Por fim, fora os atos de transportes, comprehende-se que os atos interinstitucionais se dividem entre as demais áreas temáticas possíveis, o que torna complicado a apresentação de uma área temática cooperativa entre os Estados em questão, demonstrando, também, que o vigor dessa matéria jurisdicional não se relaciona, necessariamente, com as ações autoritárias ocorridas no período ditatorial brasileiro.

1.3 Bolívia (1971-1983)

Após o golpe de 1964, o Brasil se tornou um reflexo da (DSN), que, criada pelos EUA, buscava a unificação do continente contra o comunismo (OLIVEIRA; SILVA, 2014). Com isso, essa doutrina queria acabar com o comunismo no meio nacional e internacional, principalmente no âmbito sul americano, pois havia uma ameaça que ia além das fronteiras territoriais (OLIVEIRA; SILVA, 2014). Ademais, o Estado brasileiro também tinha como objetivo o estreitamento das relações na área comercial (BANDEIRA, 2008), o que igualmente motivou a sua intervenção nos países sul americanos, sendo um deles a Bolívia.

Durante a década de 1970, a Bolívia estava sofrendo com uma grave crise econômica que ocasionou em um desabastecimento populacional, onde os produtos de consumo básico só eram encontrados no mercado negro (BANDEIRA, 2008). Além disso, os empresários agroindustriais estavam preocupados com as ocupações das propriedades rurais por camponeses. Assim, essas tensões sociais, econômicas e, consequentemente, políticas



levaram a tentativa de um Golpe de Estado organizado por coronéis bolivianos, mas que o general Juan José Torres, presidente da Bolívia, conseguiu suprimir pela falta de apoio de demais grupos, onde os responsáveis foram levados à Embaixada brasileira como “asilados políticos” (LOPES; BELIEIRO, 2013).

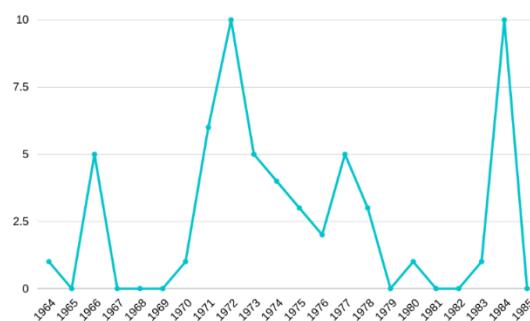
Após a tentativa do golpe, o governo boliviano tentou dissociar a sua imagem ao socialismo, tendo como foco o Brasil, pois entendia a relação do mesmo com o golpe, mas essa política foi falha, havendo outras tentativas de tomada de poder (LOPES; BELIEIRO, 2013). Seguindo essa lógica, os setores da direita, ao intensificarem o desabastecimento para aumentar o descontentamento popular, pediram o auxílio brasileiro para tirar o general Torres do governo ofereceu o suporte material tal (LOPES; BELIEIRO, 2013).

Assim, “com a ajuda do Brasil e dirigido pela CIA” (BANDEIRA, 2008), o golpe foi planejado e, consequentemente, executado em agosto de 1971, “tendo a presença de um avião militar brasileiro, que exibia as insígnias do Brasil, trazendo armamentos” (LOPES; BELIEIRO, 2013). Com isso, os setores conservadores tomaram o poder na Bolívia e o Estado brasileiro possuía um aliado no meio internacional e na América Latina, o qual também foi legitimado com rapidez pelos norte-americanos (LOPES; BELIEIRO, 2013).

Além disso, é importante esclarecer que historicamente a Bolívia foi governada por militares desde 1964 até 1981, onde inicialmente o general René Barrientos (1964-1969) assumiu o poder do Estado, sendo seguido pelo general Torres, o qual foi retirado do poder pelo Golpe de Estado realizado pelo general Hugo Banzer (1971-1978), e em 1980 houve um novo Golpe de Estado que instituiu Luís García Meza (1980-1981) como líder. Contudo, apenas a ditadura

liderada por Banzer foi influenciada pelo Brasil, o que influencia diretamente a ocorrência de tratados internacionais, como observado no Gráfico 03.

Gráfico 03 - Atos internacionais entre a Bolívia e a Ditadura Brasileira



Fonte: criação própria a partir dos dados presentes no <https://concordia.itamaraty.gov.br/>

Assim, essa premissa de cooperação internacional entre o Brasil ditatorial e a ditadura da Bolívia de 1971 pode ser observada no Gráfico 04, em que se verifica uma intensificação dessa cooperação exatamente após a tomada de poder de Banzer no Estado boliviano, onde essa relação diminui com o fim desse governo. Além disso, constata-se um novo aumento dessa aliança após a visita do presidente João Figueiredo à Bolívia em fevereiro de 1984 (GOVERNO BRASILEIRO, 1984).

Além disso, expõe-se os resquícios jurídicos da cooperação boliviana na ditadura brasileira, apresentando as principais áreas temáticas. Assim, há 56 tratados em vigor, 1 substituído (1) - Cooperação Científica e Tecnológica - e 1 em ratificação da outra parte - Paz, Amizade, Comércio e Navegação. Em relação aos tratados em grande quantidade, esses estão voltados para a Declaração Conjunta (11), Transporte Rodoviário (7) e Ferroviário (7), havendo outros dois tratados relacionados a transporte - Transporte Aéreo.

Ademais, como exposto anteriormente, a Bolívia também possui uma grande quantidade de tratados voltados para o transporte (16) e alguns para a comunicação (3), havendo também 3 acordos sobre Fronteiras e Soberania Territorial, o que se pode relacionar igualmente com a Operação Condor, como nos casos anteriores. Por fim, fora os atos de transportes, observa-se que grande parte dos demais 34 acordos estão voltados, de alguma forma, a uma cooperação financeira e científica, o que leva a entender que, mesmo havendo muitos

tratados ainda em vigor, esses atos não se associam, necessariamente, com ações de cunho autoritário voltadas ao período ditatorial brasileiro.

1.4 Chile (1973-1990)

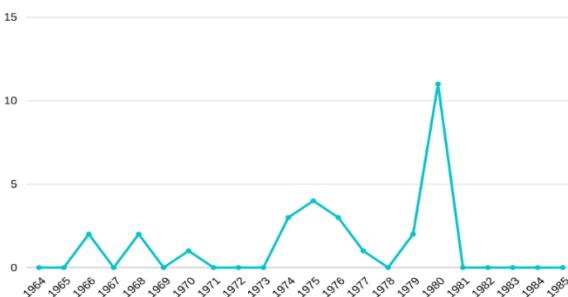
“Historicamente, o Chile já foi considerado um dos países com maior estabilidade política na América Latina” (LOPES; BELIEIRO, 2013), mas desde 1964 com a eleição de Eduardo Frei Montalva à presidência contra Salvador Allende que possuía uma proposta de via pacífica para o socialismo, observa-se alteração desse equilíbrio político (LOPES; BELIEIRO, 2013). Nesse sentido, comprehende-se que Eduardo Frei, durante o seu mandato, buscou manter o alinhamento com o seu apoiador (EUA) mesmo quando a população chilena criticava as usas ações governamentais, buscando manter o apoio dos conservadores (LOPES; BELIEIRO, 2013). Com isso, após a finalização de seu mandato, deixando o Chile muito dependente dos EUA, houve uma nova eleição em 1970 em que Salvador Allende torna-se o presidente e, mesmo com a tentativa do Congresso chileno de não legitimar o seu mandato, a investida falha e Allende consagra-se presidente do Chile. Dessa forma, tendo em vista a reprovação do governo de Allende pelos EUA e, consequentemente, pelo Brasil, (LOPES; BELIEIRO, 2013), entende-se o empenho para que o mesmo acabe.

Inicialmente, o governo de Allende introduziu reformas econômicas e sociais que pareciam estar funcionando, mas com o final do primeiro ano foi possível observar a retaliação da burguesia chilena que, influenciada pelos Estados Unidos, parou de investir nacionalmente, investindo no Brasil (LOPES; BELIEIRO, 2013). A partir disso, a população chilena se mobilizou contrariamente ao governo de Allende, ocasionando no apoio popular aos militares. Dessa forma, buscando manter a legalidade do Chile, Allende tenta fazer um plebiscito para que a população decidisse a favor, ou não, da continuação do seu mandado, onde, caso contrário, cederia o comando aos conservadores (LOPES; BELIEIRO, 2013).

Contudo, o presidente foi consultar com o general Pinochet sobre o plebiscito, o que ocasionou no adiantamento da data do golpe, ocorrendo em 11 de setembro de 1973 (LOPES; BELIEIRO, 2013). Assim, nessa data o palácio da La Moneda foi bombardeado pelas forças golpistas ocasionando na tomada de poder pelos militares e no suicídio de Salvador Allende. Com isso, após o golpe o Brasil foi convidado por Pinochet a ser o primeiro país a reconhecer o novo governo do Chile, expressando a proximidade dos Estados, sendo observada

institucionalmente a partir ratificação de acordos internacionais exposto no Gráfico 04.

Gráfico 04 - Atos internacionais entre o Chile e a Ditadura Brasileira



Fonte: criação própria a partir dos dados presentes no <https://concordia.itamaraty.gov.br/>

A partir do Gráfico 04, observa-se, institucionalmente, um aumento logo após a instauração da ditadura de Pinochet, a qual, diferentemente do que se esperava, não é tão expressivo. Ademais, a expressiva cooperação observada em 1980, e a sua ausência nos demais anos, podem se relacionar com a tentativa de Figueiredo de melhorar os laços cooperativos na América Sul (CHAVES, 2013; GEHRE, 2012; GONÇALVES; MIYAMOTO; 1993; LUIZ, 2016; PINHEIRO, 2004) e pela necessidade de cooperação em matéria energética.

Nesse sentido, comprehende-se os resquícios jurisdicionais da cooperação chilena com o Brasil na ditadura do último, apresentando também a área temática dos principais tratados. Assim, há 21 tratados em vigor, 4 substituídos, 2 superados, 2 expirados e 1 denunciado (Relações Diplomáticas e Consulares). Dessa forma, a fim de compreender melhor os substituídos, superados e expirados, observa-se que entre os substituídos há tratados de Comissão Mista (2), Cooperação Científica e Tecnológica (1) e Cooperação Artístico-Cultural, sobre os superados, verifica-se os de Turismo, Feira e Exposições (1) e Previdência Social (1) e, nos expirados, existem os de Transporte Fluvial e Marítimo (2). Assim, em relação aos atos que possuem uma grande quantidade de ocorrência, observou-se o Transporte Aéreo (4) e a Declaração Conjunta (4), os demais não passaram de 2 tratados por área temática.

Ademais, como exposto anteriormente, o Chile também possui uma quantidade importante de acordos voltados para o transporte (7) e alguns para a comunicação (2), o que se pode relacionar igualmente com a Operação Condor. Por fim, fora os atos de transportes, observa-se um grande número de tratados relacionados às demais áreas temáticas possíveis, sendo difícil expressar a real temática cooperativa entre ambos os Estados, demonstrando que

esses atos internacionais não estão totalmente relacionados com as ações de cunho antidemocrático ocorridas no período ditatorial brasileiro.

1.5 Uruguai (1973-1985)

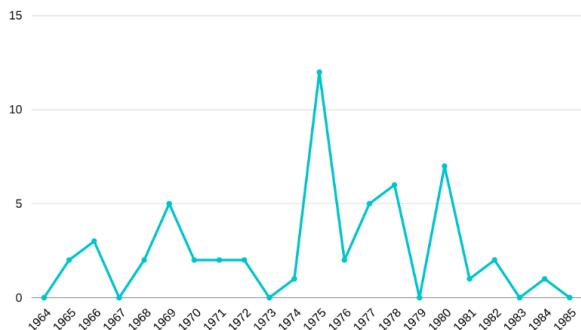
Por conta das centenas de exilados brasileiros que foram procurar refúgio no Uruguai, “desde 1964, o Brasil pressionava este para que cooperasse com o sistema de informações que havia sido organizado com o objetivo de averiguar as ações dos exilados” (NEVES; LIEBEL, 2015). Nesse sentido, a data dessa época, há inúmeras tensões políticas entre o Brasil e o Uruguai, onde o estopim dessas tensões ocorreram em 1970 com o sequestro de um agente estadunidense e de um cônsul brasileiro (NEVES; LIEBEL, 2015).

Em 1971, no ano de eleição presidencial, tanto o Brasil a Argentina e os EUA, quanto o próprio presidente uruguai daquela época, Jorge Pacheco Areco, estavam receosos sobre a possibilidade do candidato socialista sair vitorioso, ocorrendo até um pedido de intervenção de Areco ao Brasil caso a vitória socialista ocorresse (NEVES; LIEBEL, 2015). A partir disso, foi realizado o planejamento da uma invasão ao território uruguai chamada de “Operação Trinta Horas”, tendo o apoio discreto dos EUA, mas que foi desativada após o entendimento que esse candidato não venceria as eleições (PADRÓS, 2014).

Assim, mesmo ainda havendo contradições sobre a legalidade da eleição, o candidato Juan María Bordaberry venceu as eleições. Contudo, por conta da crise política vivenciada pelo governo de Bordaberry em seu primeiro ano, há a declaração do Estado de Guerra Interino, onde as forças armadas agiram sem limite legal, o que leva a ocorrência de uma grande influência das forças armadas no governo, a qual tenta ser contida, mas sem sucesso, havendo uma rebelião militar (PADRÓS, 2014).

A partir disso, o presidente Bordaberry trabalha junto com as forças militares, criando o Conselho de Segurança Nacional e, posteriormente, dissolvendo as Câmaras Legislativas presente no governo (PADRÓS, 2014), o que leva à suspensão dos direitos individuais e ao início do período ditatorial uruguai. Com isso, o Gráfico 05 apresenta as relações institucionais por meio dos atos realizados entre o Uruguai e a ditadura brasileira.

Gráfico 05 - Atos internacionais entre o Uruguai e a ditadura brasileira



Fonte: criação própria a partir dos dados presentes no <https://concordia.itamaraty.gov.br/>

A partir do Gráfico 05, expressasse as relações em matéria institucional entre o Uruguai e o Brasil, onde desde 1964 há uma crescente cooperação no meio internacional entre as nações, focada na questão dos refugiados brasileiros que procuraram exílio político no Uruguai (FERNANDES, 2008). Nesse sentido, observa-se uma relevância maior dessa relação apenas após a instauração da ditadura uruguaia em 1973, mas essa relação não foi constante até o final de ambos os governos militares, onde o sequestro de uruguaios em Porto Alegre (1978) (DOS REIS, 2012), pode ter ocasionado o afastamento brasileiro, o qual é reestabelecido em 1980 pela tentativa de Figueiredo de melhorar os laços cooperativos na América Sul (CHAVES, 2013; GEHRE, 2012; GONÇASLVES; MIYAMOTO; 1993; LUIZ, 2016; PINHEIRO, 2004) e pela necessidade de cooperação em matéria energética, mas essa cooperação vai se enfraquecendo à medida que os períodos ditoriais se encerram.

Por fim, observa-se as evidências jurídicas da relação interinstitucional entre o Uruguai e a ditadura brasileira, sendo exposto, juntamente, a área temática dos acordos mais importantes. Nesse sentido, há 48 tratados em vigor, 4 expirados, 2 superados e 1 substituído (Comércio). A partir disso, observa-se que dentre os expirados há a Comissão Mista (1), o Transporte Fluvial e Marítimo (1) e o Comércio (2), e, sobre os superados existem os tratados de Saúde (1) e Pesca (1). Assim, em relação a área temática que possuiu a maior quantidade de atos internacionais, verificou-se a Declaração Conjunta (15), o Comércio (6), a Comissão Mista (4), o Empréstimo (4) e a Fronteiras e Soberania Territorial (4).

Contudo, diferentemente dos demais Estados que possuíam uma quantidade expressiva de tratados voltados ao transporte, o Uruguai não apresenta essa situação (só 5 atos), havendo acordos internacionais relacionados com, principalmente, a área comercial, tendo um número maior que 15 tratados apenas nesse meio temático. Dessa forma, comprehende-se

que a relação institucional uruguaia e brasileira no período da ditadura do último estava mais relacionada à cooperação comercial, mesmo o Uruguai tendo participado, em conjunto com os demais Estados do Cone Sul, da Operação Condor, principalmente levando em conta o sequestro de uruguaios nas ruas de Porto Alegre em 1978, o qual foi um marco da conexão repressiva entre os Estados em questão durante a ocorrência da Operação Condor (DOS REIS, 2012).

CONCLUSÃO

O presente artigo permitiu verificar a dimensão institucional da cooperação internacional da Ditadura Brasileira (1964-1985) com os Estados presentes no Cone Sul, sendo esses o Paraguai, a Bolívia, a Argentina, o Chile e o Uruguai. Nesse sentido, identifica-se em todos os casos, de forma mais ou menos expressiva, um aumento da relação institucional a partir da instauração do regime ditatorial nos Estados alvo, acontecendo por conta da influência do Brasil e/ou do EUA na ocorrência desses regimes, exceto o Paraguai por sua ditadura ter iniciado antes da brasileira.

A partir disso, observou-se que, na maioria dos Estados, com exceção ao Uruguai, há uma grande quantidade de atos internacionais voltados para o transporte e os meios de comunicação, o que se pode relacionar com a ocorrência da Operação Condor, a qual envolveu todos os Estados do Cone Sul, até mesmo o Uruguai. Ademais, também é importante relatar que dos 281 tratados analisados, verificou-se que 229 continuam em vigor, os quais, mesmo possuindo diversas áreas temáticas diferentes e, muitas vezes, não estarem ligados diretamente com as ações de cunho autoritário ocorridas durante o período ditatorial brasileiro, ainda é necessário destacá-los a fim de que seja compreendida com totalidade as evidências empíricas provindas da ditadura militar brasileira.

Por fim, ao analisar a PE do regime militar do Brasil com os países do Cone Sul em matéria institucional, compreende-se a relevância dessa temática para o meio internacional e, até mesmo, histórico, tendo em vista que, é apenas com essa evidência jurídica, por meio dos atos institucionais, que se observa na prática como as relações internacionais se sucederam. Com isso, essa pesquisa busca oferecer uma contribuição teórica aos estudos realizados até o momento e aos que ainda serão desenvolvidos, tendo em vista a relevância da temática, a qual ainda não recebe a devida atenção.



REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Fórmula para o caos: Ascensão e queda de Salvador Allende (1970 - 1973)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CANDEAS, A. W. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. **Revista brasileira de política internacional**, v.48, n.1, p.178-213, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/Xx4w4rxPPBfx3FmWZHDtYfK/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: jan.2022.
- CHAVES, D. S. O universalismo da política externa brasileira: novos mundos no ocaso da ditadura militar brasileira. **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, n.6, p.103-120, dez. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/966>>. Acesso em: jan.2022.
- DA SILVA, G. U. P.; PENNA, P. Filho. A ditadura Paraguaia: os movimentos 14 de Mayo e FULNA e a insurgência contra a repressão de Stroessner (1954-1961). *In: Simpósio Nacional de História, 25., 2009, Fortaleza/CE. Anais...* Fortaleza/CE, 2009.
- DORATIOTO, F. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DOS REIS, R. J. **Operação Condor e o sequestro dos uruguaios nas ruas de um porto não muito alegre**. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciência Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2012.
- FERNANDES, A. S. A ditadura brasileira e a vigilância sobre seu “inimigo interno” no Uruguai (1964-1967): os órgãos de repressão e de espionagem. *In: Encontro Estadual de História, seção Rio Grande do Sul, Vestígios do passado - a história e suas fontes, 9. Anais [...] ANPUH-RS: Rio Grande do Sul, 2008.*
- GEHRE, T. A política externa brasileira durante os governos militares: ideias práticas e imanes (1964-1984). **Revista textos e debate**, n.15, p.112-125, 2008. Disponível em: <<https://revista.ufrr.br/textosdebates/article/view/752>>. Acesso em: jan.2022.
- GONÇALVES, W. da S.; MIYAMOTO, S. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. **Estudos históricos: Globalização**, v.6, n.12, p.211-246, 1993. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1964>>. Acesso em: jan.2022.
- GOVERNO BRASILEIRO. Visita do Presidente Figueiredo à Bolívia. **Presidência da República**, Brasília, fevereiro - 1984. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/figueiredo/visita-do-presidente-joao-figueiredo-a-bolivia-fevereiro-1984/view>>. Acesso em: jan.2022.
- LOPES, T. A. da S.; BELIEIRO, J. C. M. Junior. **A ditadura brasileira e o golpe no Chile de 1973: reflexos regionais da Guerra Fria**. Universidade Federal de Santa Maria, 2013.
- LUIZ, J. R. A política externa do regime militar: entre o ranço ideológico e a atuação pragmática. *In: ABRI, 3. Anais[...] PUC Minas: Belo Horizonte, MG, 2011.*



MIYAMOTO, S. As grandes linhas da política externa brasileira - Antecedentes: de 1964 ao fim da Guerra Fria. **Textos para Discussão** - CEPAL/IPEA, n.45, 2011. Disponível em: <<https://www.econstor.eu/bitstream/10419/91407/1/661605116.pdf>>. Acesso em: jan.2022.

NEVES, O. P.; LIEBEL, V. Os Regimes Militares no Brasil e na América do Sul-Historiografia e Perspectivas. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n.18, p56-86, 2015. Disponível em: <<https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/2277>>. Acesso em: jan.2022.

PADRÓS, E. S. O Uruguai como alvo da ditadura brasileira de segurança nacional. **Revista Maracanã**, n. 11, p.91-110, 2014. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/14308>>. Acesso em: jan.2022.

RAPOPORT, M.; LAUFER, R. Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960. **Revista brasileira de política internacional**, v. 43, n.1, p. 69-98, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/zVvgRFMMtvQ4QkK4YR4VgS/abstract/?lang=pt#:~:text=S0034%2D73292000000100004%20copiar-,Os%20Estados%20 Unidos%20diante%20do%20Brasil%20e%20da%20Argentina%3A%20os,militares%20da%20d%C3%A9cada%20de%201960&text=O%20artigo%20analisa%20de%20forma,influ%C3%AAncia%20norte%20americana%20nestes%20ep%C3%BDs%C3%BDos.>>. Acesso em: jan.2022.

ROSSI, C. **Militarismo na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVA, R. A. do A. e. **Brasil - Paraguai**: Marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973. Um estudo de caso sobre o papel de Stroessner e a importância de Itaipu. Dissertação (Mestrado em relações internacionais) da Universidade de Brasília, UnB, 2006.